

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS CODÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS-HISTÓRIA

THAYSE ROBERTA LIMA DOS SANTOS

O OFÍCIO DAS LAVADEIRAS DE CODÓ-MA (1950-1980)

CODÓ-MA
2019

THAYSE ROBERTA LIMA DOS SANTOS

O OFÍCIO DAS LAVADEIRAS DE CODÓ-MA (1950-1980)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal do Maranhão Campus VII/Codó, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Humanas-História.

Orientadora: Profa. Dra. Liliane Faria Corrêa Pinto

CODÓ-MA
2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Santos, Thayse Roberta Lima dos.
O ofício das lavadeiras de Codó-MA 1950-1980 / Thayse
Roberta Lima dos Santos. - 2019.
53 p.

Orientador(a): Liliâne Faria Corrêa Pinto.
Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas -
História, Universidade Federal do Maranhão, Codó-MA, 2019.

1. Ofício das lavadeiras. 2. Patrimônio cultural
imaterial. 3. Saber. I. Pinto, Liliâne Faria Corrêa. II.
Título.

THAYSE ROBERTA LIMA DOS SANTOS

O OFÍCIO DAS LAVADEIRAS DE CODÓ-MA (1950-1980)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal do Maranhão Campus VII/Codó, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Humanas-História.

Aprovada em: 03 de julho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Liliane Faria Corrêa Pinto- UFMA Campus VII
Orientadora

Profª. Dra. Franciele Monique Scopetc dos Santos- UFMA Campus VII
Primeira Examinadora

Prof. Dr. Jonas Rodrigues de Moraes- UFMA Campus VII
Segundo Examinador

Ao Senhor Deus, por sua infinita bondade e à
minha querida avó, Rita da Silva Barbosa, por
ter me educado com sabedoria.

AGRADECIMENTOS

Ao Criador, meu bondoso Pai Celestial, que me amou e me sustentou nessa longa e árdua jornada, que segurou nas minhas mãos quando eu pensei que fosse cair.

À meu esposo, Edmundo dos Santos Silva, meu grande amor, que sempre foi companheiro e que trilhou comigo esse caminho.

À minha querida avozinha Rita da Silva Barbosa, minha mãezinha, por ter me mostrado o caminho certo a seguir. Grata pelo amor e carinho que sempre me concedeu.

À minha mãe e melhor amiga, Edna Ferreira Lima, pelos conselhos e pelas palavras de motivação.

Ao meu querido tio Elcias Barbosa Lima, um verdadeiro pai, sou grata pelo carinho e preocupação que sempre teve com minha graduação.

Às minhas filhas Mirella Safira S. Rodrigues e Esther dos Santos Silva, minhas dádivas, minhas bênçãos, vocês foram meu maior incentivo.

À minha orientadora Dra. Liliane Faria Corrêa Pinto, que me presenteou com o tema desse trabalho, sou grata pelo conhecimento compartilhado, pela paciência e compreensão que teve comigo.

Aos amigos, Josivaldo Duarte e Kelys Veras, que compartilharam comigo bons e maus momentos da vida acadêmica e que sempre estiveram dispostos a me ajudar. Sou grata pelas palavras de apoio e de incentivo.

À minha querida amiga Maria Helena Vieira (Marilene), que me direcionou as fontes orais, sua ajuda foi primordial para a concretização desse trabalho.

As mulheres codoenses, pela confiança em me conceder acesso às suas vidas e intimidades, me concedendo entrevistas. Agradeço pelos relatos emocionantes e verdadeiros, que foram de fundamental importância para esta pesquisa.

A todo corpo docente desta universidade, minha eterna gratidão.

Em todos os tempos existem homens, eles existem no seu tempo e continuarão a existir enquanto alguém contar a sua história.

Agnes Heller.

RESUMO

Esta pesquisa tem por finalidade (re) conhecer o saber envolvido no ofício das lavadeiras do município de Codó-MA, ocorrido entre os anos de 1950 a 1980, e abordá-lo como um patrimônio cultural imaterial que se perdeu e que ficou registrado apenas na memória das antigas lavadeiras. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (2000) –IPHAN, patrimônio cultural imaterial são bens culturais que dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais. A partir do estudo de patrimônio cultural pode-se compreender que este ofício constitui-se patrimônio cultural de natureza imaterial, e enquadra-se na categoria dos Saberes. Em razão da inexistência de fontes bibliográficas sobre o ofício, a metodologia empregada na pesquisa foi baseada em fontes orais, através de entrevistas realizadas com oito mulheres que relataram suas vivências e experiências como lavadeiras.

Palavras-chave: Ofício das lavadeiras. Patrimônio cultural imaterial. Saber.

ABSTRACT

This research aims to (re) know the knowledge involved in the craft of the washerwomen of the municipality of Codó-MA, between the years of 1950 and 1980. And to approach it as an immaterial cultural heritage that was lost and remembered only in the memory of the old washerwomen. According to the IPHAN, immaterial cultural heritage is related to those practices and domains of social life that manifest themselves in knowledge, crafts and ways of doing; celebrations; forms of expression, scenic, plastic, and musical. From the study of cultural heritage can be understood that this craft constitutes cultural heritage of immaterial nature, and falls within the category of knowledge. Due to the of bibliographic sources about the craft, the methodology used in the research was based oral sources, through interviews with eighth women who reported their experiences and experiences as washerwomen.

Keywords: Craft of the washerwomen. Immaterial cultural heritage. Knowledge.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNRC- Centro Nacional de Referência Cultural

DPI- Departamento do Patrimônio Imaterial

FSESP- Fundação Serviço de Saúde Pública

INDL- Inventário Nacional da Diversidade Linguística

INRC- Inventário Nacional de Referências Culturais

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ONU- Organização das Nações Unidas

PNPI- Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

SAAE- Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SPHAN -Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE QUADRO

Quadro 01- Materiais e ferramentas utilizados pelas lavadeiras codoenses.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. PATRIMÔNIO CULTURAL	14
1.1 História do Patrimônio Cultural	16
1.2 Memória e Patrimônio	21
2. PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL	24
2.1 Preservação do Patrimônio imaterial e Salvaguarda: Instrumentos de Identificação	25
3. SABER: OFÍCIO DAS LAVADEIRAS DE CODÓ-MA ENTRE OS ANOS DE 1950 A 1980	28
3.1 O Ofício	30
3.2 O território do ofício	31
3.3 Duração da prática	33
3.4 Significados do Saber	34
3.5 Descrição das etapas	36
3.6 Materiais e objetos importantes para o Saber	37
4. A PERDA DE UM SABER	41
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICES	49
APÊNDICE A	50
APÊNDICE B	51
APÊNDICE C	52

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa que teve por objetivo compreender o ofício das lavadeiras do município de Codó-MA, entre os anos de 1950 a 1980, analisando o ofício como um saber, praticado por mulheres da época.

No primeiro capítulo procuramos compreender o conceito de patrimônio cultural, o objetivo foi esclarecer o que realmente é entendido como patrimônio cultural pela nossa Constituição Federal e pelos órgãos internacionais.

No segundo capítulo, aprofundamos o conhecimento sobre patrimônio cultural de caráter imaterial, foi feita uma análise dos instrumentos de preservação do patrimônio imaterial existentes no nosso país, os quais, são responsáveis pela proteção e salvaguarda dos bens culturais.

No terceiro capítulo elaboramos um inventário sobre o ofício das lavadeiras de Codó, abrangendo o conhecimento sobre como este saber era realizado, descrevendo suas características peculiares, registrando as causas do seu término e outras informações relevantes. A finalidade deste capítulo é preservar o ofício, para as futuras gerações conhecerem, destacado sua importância como um bem cultural. Realizaremos um resgate histórico que irá contribuir para a manutenção da memória do povo codoense.

No quarto e último capítulo refletiremos sobre as causas da transformação do ofício, que teve como consequência a perda do saber. O século XX foi um período marcado por muitas mudanças, houve inúmeros avanços tecnológicos e grandes invenções, com isso, tudo ficou mais fácil, mais rápido e mais confortável. No município de Codó, essas mudanças se intensificaram a partir da metade do século XX e tiveram efeitos até mesmo no ofício das lavadeiras, um exemplo disso, foi o processo de abastecimento de água na zona urbana. Como veremos, essas e outras mudanças resultaram no término do ofício nos rios e riachos e o modificando significativamente.

Neste trabalho utilizamos a metodologia de elaboração de inventário do IPHAN para descrever e documentar o ofício das lavadeiras de Codó, empregando como recurso a realização de entrevistas e gravações sonoras. Com a realização desse inventário produzimos um conhecimento atual de como era o ofício. Essa documentação servirá de referência do passado e como lembrança de um ofício que não ocorre mais, mas que permanece vivo na memória da população codoense.

1. PATRIMÔNIO CULTURAL

A palavra patrimônio possui diversos significados, tais como: riqueza, propriedade ou um conjunto de bens familiares, entende-se como algo de valor econômico. É um termo que, historicamente, está ligado ao conceito de herança. “A palavra patrimônio é de origem latina, *patrimonium*, que se referia entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater familias*, pai de família, era tudo o que podia ser legado por testamento” (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p.10).

Sempre que falamos sobre patrimônio histórico e cultural vem à nossa mente a imagem de bens concretos, como museus, igrejas barrocas, edificações ou monumentos que possuem valor simbólico para a nação. Muitas pessoas entendem patrimônio cultural apenas como um conjunto de monumentos que foram construídos há séculos atrás ou como artefatos antiquíssimos que devemos preservar, por terem sido protagonistas de eventos marcantes como os que estudamos nos livros de história.

A cultura de um povo não se constitui apenas de aspectos físicos, portanto, o conceito de patrimônio cultural vai muito além de bens concretos. Patrimônio cultural é todo um conjunto de bens, tanto materiais (tangíveis) quanto imateriais (intangíveis), que constituem a herança de determinado grupo social, reforçando seu sentido de comunidade com uma identidade própria.

Patrimônio cultural pode ser definido como bens de natureza material e imaterial, por serem vistos como detentor de uma memória que determina uma identidade nacional, precisam ser preservados e defendidos para que não corram o risco de serem destruídos. O artigo 216 da Constituição Federal Brasileira (1988), conceitua patrimônio cultural como:

bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem: I- As formas de expressão; II- Os modos de criar, fazer e viver; III-As criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV- As obras, os objetos, documentos, edificações, e demais espaços destinados às manifestações artístico- culturais; V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, art.216).

Patrimônio cultural é todo o conjunto de manifestações produzidos pelas pessoas, que uma sociedade recebeu como herança e que são fatores significativos da identidade de um povo.

Essas manifestações exercem uma função referencial para toda a sociedade, por isso, são considerados bens culturais. O patrimônio cultural como produto da criatividade humana se herda e se transmite de geração a geração.

O patrimônio cultural de um povo envolve características pelas quais os indivíduos pertencentes a diversas etnias se diferenciam em relação ao seu modo de vida e ao de outros. Permite ao homem a oportunidade de partilhar uma cultura e perceber o sentimento de grupo e de identidade coletiva. Está presente na cultura de distintas sociedades e possui uma grande importância para a comunidade que o detém, pois está ligado a formas peculiares de vida. E, também, possui extrema importância para a preservação da identidade de um povo, por isso, sua manutenção é primordial para garantir a sobrevivência da memória social de uma localidade.

Durante nossas vidas construímos nossas identidades ao nos relacionarmos uns com os outros, através do grupo social que fazemos parte, portanto, a identidade de uma pessoa é formada com base em vários aspectos: sua história de vida e de sua família, o lugar de onde mora, a forma como fala e se expressa, ou seja, tudo aquilo que a torna diferente das demais.

Dessa forma, podemos concluir que, o patrimônio como legado cultural de uma sociedade, é fonte imensurável de identidade, pois, os lugares, os costumes e os hábitos são referenciais fundamentais para que os diversos tipos de mudanças e informações disponibilizadas em decorrência da globalização, não façam com que as pessoas esqueçam suas raízes. A identidade une fortemente as pessoas por laços com os antepassados e carrega a suas histórias.

O patrimônio cultural possibilita aos membros de uma comunidade perceberem suas origens, a de seus familiares e ancestrais, ou seja, ele exerce um papel fundamental para a representação da memória, pois vincula os indivíduos a experiências de vivências individuais e coletivas. Isto significa que, as pessoas estão ligadas por um passado comum, por costumes, crenças e saberes coletivamente compartilhados. O patrimônio cultural se refere sempre algo coletivo, o qual, as pessoas de um mesmo grupo se identificam.

A partir do final do século XX, o conceito de patrimônio assumiu papel importante nas questões referentes a identidade e à memória. Antes disso, o conceito se restringia apenas aos bens concretos, ao longo dos anos, ele se modificou para uma concepção mais ampla, com base nos valores simbólicos.

Cultura é tudo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.

Sendo assim, patrimônio são bens que possuem importância não apenas histórica, mas também cultural.

No final da Segunda Guerra Mundial, na década de 1940, com a criação da UNESCO:

Uma nova questão tomou vulto naquele momento, foi sobre o conceito antropológico de cultura. Contrapondo-se as tendências racistas que haviam desencadeado a guerra que acabara de acontecer, o conceito antropológico de cultura foi apropriado como antídoto aos conflitos entre os povos (ABREU; CHAGAS, 2009, p. 36).

Patrimônio cultural é dividido em duas principais categorias: material e imaterial. Na categoria de patrimônio cultural material, temos os bens imóveis, como: casas, igrejas, monumentos, cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos, etc.; e bens móveis como: arquivos, documentos, obras de arte, utensílios, e etc. O patrimônio cultural imaterial, ou intangível, diz respeito, as práticas da vida social que se manifestam através dos ofícios, saberes ou modos de fazer. É o caso do artesanato, das festas religiosas, das celebrações entre outros.

Como veremos adiante, ocorreram alguns marcos históricos que mostram como se transformou o conceito de patrimônio ao longo do tempo, também veremos que o reconhecimento do patrimônio imaterial foi construído através ao longo de um processo de debates, legislação e ações de órgãos públicos nacionais e internacionais.

1.1 História do Patrimônio Cultural

O conceito de patrimônio moderno se desenvolveu a partir da revolução francesa, nesse período, a população revoltada e insatisfeita começa a depredar os monumentos e edificações ligados ao poder do Estado ou da Igreja. A partir daí, surge a preocupação com a salvaguarda de bens que identificavam o patrimônio cultural da nação, implementaram-se as primeiras ações políticas para a conservação dos bens, tendo em vista, evitar a destruição destes. Todavia, nesse momento a palavra patrimônio se restringia apenas a monumentos, a edificações e à elite, pois ainda não se tinha uma noção de patrimônio imaterial.

Foi no período pós-revolucionário, que os bens como obras de arte, prédios e paisagens começaram a ser preservados por um conjunto maior de pessoas. Nesse período que surgiu a necessidade do conceito de patrimônio, relacionado com um sentimento nacionalista e com a coletividade, pois, era necessário preservar os bens ameaçados de destruição.

O discurso patrimonial, como o conhecemos hoje, tem sua origem na Revolução Francesa, num esforço feito para impedir a destruição e o vandalismo de bens do Clero, dos emigrados e da Coroa – bens herdados pelo povo após a revolução –, bem como para se construir uma nova memória e uma nova história para a nação francesa ao apropriarem-se destes bens (CHOAY, 2006, p. 29).

Outro momento que marca o conceito de patrimônio é o período pós-guerras. Após a Segunda Guerra Mundial há uma grande preocupação internacional com a paz, há também uma contestação a tudo o que ocorreu durante a guerra, essa contestação à ideologia nazista (racismo, homofobia, nacionalismo exacerbado, etc) culminou na criação da Organização das Nações Unidas- ONU e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- UNESCO, ambas em 1945, nesse momento, se iniciam debates em torno da questão do patrimônio, com abordagens mais abrangentes de cultura.

O fim do conflito armado e a derrota dos nacionalismos fascistas na Alemanha, Itália e Japão colocaram em xeques as interpretações nacionalistas e racistas do passado. O fato de que os campos de concentração nazistas destinavam-se à destruição de povos inteiros ficou reconhecido como genocídio. À luz do horror do holocausto, os conceitos racistas, que antes passavam por aceitáveis mesmo nos países democráticos, como Inglaterra e Estados Unidos, foram condenados de forma clara e explícita (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 21-22).

Nos séculos XIX e XX a conceituação de patrimônio privilegiava apenas os monumentos e as edificações, destacando-os por seu valor histórico e artístico. O termo patrimônio histórico, paulatinamente, vai sendo substituído por patrimônio cultural. No final do século XX, esse novo conceito ampliou a noção de patrimônio, englobando tradições e manifestações culturais e valorizando às práticas e domínios da vida social. Portanto, a compreensão do termo patrimônio obtém sentido ligado ao conceito de cultura.

A história do patrimônio cultural no Brasil é mais recente do que na Europa. Somente em 1937, durante o Estado Novo, ocorreu a criação do primeiro órgão responsável pela constituição e preservação do patrimônio em perspectiva nacional, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

O SPHAN nasce provisoriamente em 1936, através da proposta realizada pelo Ministro da Educação, Gustavo Capanema, que solicitou o auxílio de Mário de Andrade, Diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura (DCP) de São Paulo, para a elaboração de um programa de proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro, para ser submetido ao Congresso Nacional, essa instituição somente seria regulamentada por meio do decreto de lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

O SPHAN foi a primeira denominação do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Cabia ao SPHAN identificar um patrimônio cultural brasileiro e estimular a participação social na preservação cultural. Os bens, especialmente os edificados, que compunham o patrimônio histórico e artístico, eram entendidos como documentos de identidade da nação brasileira, pois estavam relacionados a fatos memoráveis da história do país.

Os objetivos da criação do Serviço foram estipulados no artigo 46 da Lei, no qual se afirmava: “fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, 1937, art. 46).

Fundado em 13 de janeiro de 1937, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi criado com o intuito de preservar o patrimônio cultural do Brasil. O IPHAN atualmente divide os bens nacionais em: Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial, Patrimônio Arqueológico e Patrimônio Natural.

Naquela época, apenas os bens materiais foram escolhidos e instituiu-se como modo de proteção o tombamento, cabendo ao Estado a responsabilidade de determinar quais os valores culturais peculiares tornava o bem significativo para o grupo social.

Instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o tombamento é o principal instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural. O tombamento só era (e ainda é) aplicável a bens de natureza material. A partir do tombamento, o IPHAN passa a ter responsabilidade no acompanhamento da preservação do bem.

Antes mesmo da criação do SPHAN, o poeta modernista Mário de Andrade, acreditava na importância do estudo sobre as manifestações populares. Opondo-se as ideias elitistas, que tendiam a separar o folclore e a cultura popular dos demais fenômenos sociais. A ideia do

poeta, portanto, era construir uma noção mais abrangente, de modo que fossem inclusos, não apenas monumentos, mas também, as inúmeras formas de expressões do povo brasileiro, como os falares, os cantos, as lendas, a medicina e a culinária indígena, entre outras. Andrade visava resgatar aquilo que seria legitimamente brasileiro e que estaria desaparecendo. Porém, naquela época, Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Cultura, optaram pelo patrimônio edificado, tendo como efeito o tombamento de igrejas barrocas, casas-grandes, dentre outros. No contexto do nascimento do IPHAN, a consciência da preservação da memória nacional começou a se enraizar na sociedade brasileira.

No Brasil, as manifestações populares foram utilizadas pelo movimento modernista, como suporte para a elaboração do conceito de patrimônio cultural. O objetivo principal desses intelectuais foi estabelecer a identidade nacional.

Somente em 1975, Aloísio Magalhães implanta o Centro Nacional de Referências Culturais – CNRC, que promove uma revisão das noções de preservação e patrimônio e agrega novos conceitos, como os de referência e bem cultural. A adoção do conceito antropológico de cultura e de referência cultural, oriundos das ideias do CNRC permitiram a valorização dos saberes e dos fazeres tradicionais. Esse órgão ampliou a discussão sobre os bens que representavam a cultura brasileira e atribuiu a condição de patrimônio histórico e artístico nacional às produções populares que incluíram as etnias indígena e afro-brasileira. A abrangência do conceito de patrimônio cultural, possibilitou o reconhecimento da diversidade de referências culturais existente nos bens culturais materiais e imateriais.

O reconhecimento de manifestações de origem africanas e indígenas se destaca entre os bens registrados pelo Instituto e representa um avanço nas políticas públicas de inclusão de culturas subalternizadas no processo histórico brasileiro. Ter estes bens reconhecidos, também reflete uma conquista das lutas sociais destes grupos, além da relevância na ação de preservação da memória coletiva de grupos minoritários e excluídos socialmente (CHAUI, 2006, p.67).

Entre os anos de 1936 a 1994 ocorreram diversas modificações na nomenclatura do IPHAN. Essas variações ocorreram devido as mudanças administrativas dos governos, que alteraram tanto sua terminologia como sua estrutura de funcionamento.

Durante os anos de 1936 até 1979, a política de identificação dos monumentos no Brasil estava concentrada, principalmente, nas arquiteturas barrocas e fundamentada na noção de patrimônio histórico e artístico. A preservação estava voltada para a restauração e

conservação do patrimônio arquitetônico, os chamados pedra e cal¹. Nesse período, a atenção esteve direcionada especialmente para a identificação dos monumentos do estado de Minas Gerais, foram tombadas as cidades Mariana, São João del Rei, Tiradentes, Sabará, Diamantina, Serro e Ouro Preto.

Em 1988, finalmente a Constituição Federal Brasileira ampliou o conceito de patrimônio cultural ao compreendê-lo como os bens de natureza material e imaterial. Foram revalidados antigos instrumentos legais de proteção dos bens culturais, no caso o tombamento, e adotadas o registro e o inventário.

Em 04 de agosto de 2000, houve a aprovação do Decreto 3.551, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI).

O decreto de 4 de agosto de 2000, instituiu em nosso país o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. O objetivo foi ampliar o raio de proteção, preservação e valorização dos bens simbólicos de nosso povo- uma ideia que, na verdade, já havia sido sugerida por Mário de Andrade, nos tempos de Rodrigo Melo Franco de Andrade, no contexto do nascimento do Iphan, quando a consciência da preservação da memória nacional começou a se enraizar na sociedade brasileira (IPHAN, 2006. p. 07).

Esse decreto alterou o tipo de atuação que predominou durante décadas, que eram voltadas apenas para o tombamento bens de pedra e cal, como por exemplo, igrejas, prédios, dentre outros bens materiais. Essa era uma preocupação de intelectuais brasileiros como Mário de Andrade, a de valorizar o imaterial contribuindo para a construção de um amplo acervo de expressões culturais, em diferentes áreas: festas, danças, culinária, músicas, saberes, fazeres diversos, entre outras.

Essa antiga preocupação havia ecoado nos grupos de discussão da área cultural durante a Constituinte de 1988, tanto assim que os artigos 215 e 216 da Constituição Federal referem-se , de modo explícito, às responsabilidades do poder público, com a colaboração da comunidade, na promoção e na proteção do patrimônio cultural brasileiro, compreendido como bens de natureza material e imaterial (ABREU; CHAGAS, 2009, p.13).

¹ termo usado pelos especialistas na área de patrimônio histórico e arquitetura para designar a supervalorização que foi dada aos imóveis coloniais com marcas de estilos arquitetônicos e de supremacia barroca.

Em 2004, o IPHAN criou o Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI), que possibilita uma política de salvaguarda melhor estruturada. O DPI está voltado para a valorização da diversidade cultural, tem por finalidade zelar pela preservação dos saberes, das celebrações, das formas de expressão e lugares. O DPI gerencia programas, projetos e ações nas áreas de identificação, de registro, acompanhamento e valorização do patrimônio cultural brasileiro de natureza imaterial.

Em 2010 foi instituído pelo o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), através do Decreto nº7.387, de 9 de dezembro de 2010, utilizado para reconhecimento, identificação, documentação e valorização das línguas faladas pelos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Com o passar dos anos o conceito de patrimônio no Brasil sofreu diversas modificações, com o intuito de melhorar o sistema de identificação e de preservação do patrimônio nacional. As mudanças mais relevantes, ao longo desses anos, foram no âmbito do patrimônio imaterial, pois houve a criação de secretarias e departamentos específicos voltados para essa categoria.

1.2 Memória e Patrimônio

A memória é a capacidade de recordar acontecimentos, essa faculdade pensante inerente à condição humana pode ser individual ou coletiva. A memória, individual ou coletiva, são experiências e resultados de vivências, ambas estão intrinsecamente relacionadas, pois, são produtos da convivência social, portanto, contribuem para a formação da memória nacional fundamentais para determinar a identidade de uma nação.

A memória é construída a partir de acontecimentos do nosso cotidiano que vivenciamos ou não, pois muitas vezes lembramos de acontecimentos que não vivenciamos, mas que foram importantes na construção da memória de um povo.

O conceito memória coletiva se refere aos aspectos que fazem parte do legado de uma comunidade, é algo que vai além de uma simples lembrança do passado, pois através dela se cria a identidade de um povo. Sem memória coletiva as comunidades ignoram suas raízes e tradições. Segundo o historiador Jacques Le Goff (apud PELEGRINI, 2007, p. 90) “a memória permite a sobrevivência do passado, uma vez que, mediante o exercício do pensamento simbólico, a história se eterniza na consciência humana”.

O sociólogo Maurice Halbwachs foi o primeiro a adotar o termo memória coletiva. A partir da memória individual, podemos estabelecer o que é a memória coletiva. Quando uma lembrança que foi vivida por uma pessoa, mas que se refere a uma comunidade ou nação, essa lembrança se torna um patrimônio daquele povo, as informações mais significativas dessas lembranças são repassadas de pessoa para pessoa, produzindo a história oral de uma determinada comunidade, grupo ou lugar.

Em consonância com Halbwachs, podemos dizer que as memórias de um indivíduo não são só suas, uma vez que, nenhuma lembrança pode existir afastada da sociedade. A memória individual constitui um ponto de vista da memória coletiva, porque muito dos seus referenciais são sociais, ou seja, uma parte das nossas lembranças correspondem a momentos em que a memória é compartilhada. A memória coletiva é sustentada por recordações que se encontram presentes na vida moral e material da sociedade que integramos.

Portanto, podemos afirmar que os aspectos abordados por Halbwachs se relacionam com patrimônio cultural. Todo o patrimônio histórico é formado por memória coletiva, que guarda valores, saberes, conhecimentos e elementos de uma identidade social, os quais estão contidos nas lembranças de uma sociedade. Dessa forma, serão usados tanto como referenciais do passado como também reflexão do presente e para o futuro.

É necessário ressaltar a importância do uso que um bem tem para a perpetuação da memória coletiva, pois o patrimônio histórico cultural não é somente algo concreto, mas também é subjetivo.

A constituição do nosso patrimônio histórico cultural, está ligada com a formação de uma memória coletiva. Consideramos o patrimônio histórico cultural como bens culturais de natureza material ou imaterial, que representam momentos históricos. Nesse sentido, o conceito de patrimônio carrega consigo os saberes, as técnicas e a dinâmica da vida cultural de diversos grupos sociais. Portanto, temos uma ligação entre o conceito de patrimônio histórico e os elementos formados pela memória coletiva, no qual a população tem reconhecimento e identificação.

Michael Pollak (1992, p.07), afirma que “a memória é uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”, portanto, podemos compreender que os acontecimentos relevantes que estão gravados na memória coletiva de um povo são necessários para preservar e escrever suas histórias.

A memória coletiva é fundamental para a identidade social e para a formação do sujeito como um ser ativo dentro da sociedade. A memória é também fonte de auxílio fundamental nos

estudos históricos e a principal responsável pela transmissão e continuidade do patrimônio cultural imaterial.

2. PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

O Brasil possui uma grande diversidade cultural, pois na sua formação houve a participação de vários grupos étnicos e sociais, como povos africanos, indígenas, portugueses, árabes, japoneses, entre outros, e cada um desses povos ofereceram sua contribuição cultural e participaram da formação da cultura brasileira, que é extremamente diversa, rica e plural.

Patrimônio cultural não são apenas os bens que herdamos dos nossos antepassados, pois, também existe o patrimônio vivo que são bens produzidos no presente como: artesanatos, formas de exercer um ofício, culinária, folguedos, expressões artísticas e religiosas entre outros.

A Constituição Federal de 1988, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial. Ela “inaugura um novo paradigma com respeito ao patrimônio cultural brasileiro, reconhecendo-lhe maior riqueza e complexidade, ao estabelecer, que ele se compõem tanto de bens de natureza material quanto imaterial” (SENADO, 2012, p.11).

O patrimônio cultural imaterial é constituído de referências culturais transmitidas de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

A UNESCO define patrimônio imaterial como o conjunto das manifestações culturais, tradicionais e populares. Elas são transmitidas oral e gestualmente, e modificadas através do tempo por um processo de recriação coletiva. Integram esta categoria de patrimônio as línguas, as tradições orais, os costumes, a música, a dança, os ritos, os festivais, a medicina tradicional, as artes da mesa e o saber-fazer dos artesanatos e das arquiteturas tradicionais.

Os bens imateriais estão relacionados às crenças, às festas, às práticas, os modos de ser das pessoas, os modos de fazer, as músicas, aos saberes, dentre outras tradições. São exemplos de bens imateriais brasileiro: o modo artesanal de fazer Queijo de Minas, a Feira de Caruaru, o Frevo, a Capoeira, o Forró, o Carimbó, o Tambor de Crioula, o bloco carnavalesco Galo da Madrugada, o Samba de Roda, entre outros (ver apêndice, p. 52).

A existência do patrimônio imaterial depende da produção e reprodução de bens por parte dos indivíduos. Esses, atribuem sentidos e valores às práticas, conhecimentos, objetos e lugares.

2.1 Preservação do Patrimônio imaterial e Salvaguarda: Instrumentos de Identificação

Valorizar e preservar saberes de uma determinada comunidade permite que a identidade, a memória e as referências culturais desse grupo sejam reconhecidas como fatores fundamentais da formação da sociedade brasileira, preconizando o seu desenvolvimento através do tempo.

Le Goff (2013, p. 437), afirma que “a memória, a qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro”. Em meio a várias mudanças, há uma grande preocupação com o patrimônio imaterial, preservar é essencial, para que, antigas tradições, saberes próprios, modos de fazer que atravessam séculos, não corram o risco de desaparecer. Por essa razão, em 1994, a UNESCO criou o programa Tesouros Humanos Vivos, que visa proteger e preservar indivíduos detentores saberes tradicionais que estão sob o risco de serem esquecidos e assegurando condições para a transmissão às novas gerações.

Preservar saberes de uma comunidade é cumprir aquilo que nossa Constituição determina, pois, a diversidade cultural dos grupos que compõem a sociedade brasileira deve ser preservada e valorizada pelo Estado.

Em 2003, a UNESCO, adotou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, com base nessa Convenção, entende-se como salvaguarda as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como: a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão e a revitalização deste patrimônio em seus diferentes aspectos.

No Brasil, após a implantação do Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000, a salvaguarda dos bens imateriais passou a ser efetuada oficialmente em quatro livros: Livro de registro dos saberes (para o registro de bens imateriais que reúnem conhecimentos e modos de fazer); Livro das celebrações (para as festas, os rituais e os folguedos, que marcam vivência coletiva e outras práticas da vida social); Livro das formas de expressão (para registrar as manifestações artísticas em geral, como manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas, que são consideradas importantes para a cultura, memória e identidade de um povo); e Livro dos lugares (para lugares onde são concentradas ou reproduzidas práticas culturais coletivas, como mercados, feiras, santuários, praças, etc). Um bem cultural inscrito em um desses livros recebe o título de patrimônio cultural do Brasil e após esse reconhecimento passa a ser denominado como um bem cultural registrado. O decreto nº 3.551/2000 também possibilita a abertura de outros livros, caso algum bem cultural de natureza imaterial que constitua patrimônio cultural brasileiro não se enquadre em nenhum desses.

O Decreto 3.551/2000 criou o Registro que é um recurso de proteção do patrimônio imaterial e serve para documentar o passado e o presente das manifestações de natureza imaterial. O objetivo é manter o registro da memória desses bens culturais e de sua trajetória no tempo para que, dessa forma, possam ser preservados. Os bens de natureza imaterial são dotados de transformações e dinâmicas, por isso, o mais adequado é o registro e documentação do que a restauração e conservação, como são feitos com os bens materiais. O Registro é uma ação que demonstra o reconhecimento do bem cultural como uma referência para a história, memória e identidade brasileira. São feitas ações pelo poder público, para apoiar a produção e reprodução do bem cultural, para que se criem as condições para continuidade do bem e para que a prática cultural seja transmitida para as demais gerações.

Diferentemente do tombamento, o Registro não pretende assegurar a integridade do bem por meio de fiscalização e procedimentos de conservação e restauração. O objetivo é dar condições à continuidade do bem, a partir da produção de conhecimento, documentação, valorização, apoio e fomento. Outras particularidades do Registro são: seu pedido deve ser coletivo, isto é, o grupo detentor deve querer o reconhecimento, não basta que uma pessoa o requisite; e o caráter transitório do título de Patrimônio Cultural do Brasil: a cada dez anos, no máximo, a titulação deve ser revalidada, caso as referências culturais que constituem o bem ainda sejam determinantes para a identidade do grupo (IPHAN, 2010, p. 22-24).

Em dezembro de 2002 foram registrados oficialmente os primeiros bens imateriais brasileiro, na categoria de saberes: a fabricação artesanal de panelas de barro em um bairro da cidade de Vitória, no estado do Espírito Santo, registrado como ofício das paneleiras de goiabeiras e a arte kusiwa dos índios wajãpi.

O IPHAN também desenvolveu o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que é uma metodologia de pesquisa desenvolvida para produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social. O INRC é um instrumento de produção de saber acerca da multiplicidade de referências da cultura brasileira, e foi instituído o Registro como instrumento de reconhecimento dos bens culturais que se destacam nesse contexto e sobre os quais o IPHAN, junto às comunidades detentoras de cada bem, atua na promoção e valorização.

Os Inventários são instrumentos de preservação que visam identificar as diversas manifestações culturais e bens de interesse de preservação, de natureza imaterial e material. Tem como objetivo compor um banco de dados que possibilite a valorização e salvaguarda, planejamento e pesquisa, conhecimento de potencialidades e educação patrimonial.

Para a política de salvaguarda do patrimônio imaterial, preservar o patrimônio cultural brasileiro significa fortalecer e dar visibilidade às referências culturais dos grupos sociais em sua heterogeneidade e complexidade. Significa promover a apropriação simbólica e o uso sustentável dos recursos patrimoniais para a sua preservação e para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país. Significa também compartilhar as responsabilidades e deveres dessa preservação e promover o acesso de todos aos direitos e benefícios que ela gera (IPHAN, 2006, p. 09).

O mais recente instrumento de identificação desenvolvido pelo IPHAN é o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), criado em 2010, esse instrumento tem por finalidade produzir e reconhecer conhecimento da língua como expressão da pluralidade cultural brasileira, através da declaração da língua inventariadas como referência cultural brasileira.

O objetivo da salvaguarda de bens registrados é aumentar a participação dos detentores dos bens. Planos e ações de salvaguarda contribuem para o fomento das condições de produção, reprodução e transmissão dos bens culturais, assim, no caso do Inventário e do Registro, a participação dos detentores é indispensável. Os planos de salvaguarda também buscam gerar condições para que os detentores tornem-se gestores autônomos de seus bens.

A salvaguarda de bens registrados pretende promover os bens culturais e valorizar seus detentores. Tem como objetivo aumentar a participação democrática dos detentores na formulação, no planejamento, na execução, no acompanhamento e na avaliação da política de preservação do patrimônio cultural. Salvaguardando, fazemos perpetuar de geração a geração as heranças mais valiosas da nossa nação e as expressões de memória e identidade dos povos.

3. SABER: OFÍCIO DAS LAVADEIRAS DO MUNICÍPIO DE CODÓ-MA ENTRE OS ANOS DE 1950 A 1980

O principal objetivo deste capítulo é abordar o ofício das lavadeiras de Codó-MA, ocorrido entre as décadas de 1950 a meados de 1980, como patrimônio cultural imaterial da comunidade codoense. Um bem cultural, com o decorrer do tempo, pode sofrer diversas transformações, ou também, ter existido no passado e não existir mais no presente, como é o caso deste ofício. Ao documentar um bem, estamos produzindo conhecimento sobre ele e fazendo com que outras pessoas o conheçam e o valorizem.

Neste capítulo, elaboramos um inventário acerca deste ofício, a fim de resgatá-lo com um bem cultural. O intuito é fazer com que diferentes grupos e gerações se conheçam e compreendam melhor uns aos outros, incentivando o respeito pelas diferenças e ressaltando a importância da diversidade. Um inventário de um bem cultural é uma atividade de educação patrimonial, por meio da desta, podemos valorizar e difundir os bens pertencentes a nossa comunidade.

De acordo com o IPHAN, a educação patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para o seu reconhecimento, sua valorização e preservação.²

A educação patrimonial deve destacar a relação entre a comunidade e seu patrimônio, tendo em vista, a participação dos detentores com seus bens culturais. Tal educação é de suma importância para a preservação do patrimônio cultural, portanto, a responsabilidade de preservação do patrimônio cultural é de todos.

Além disso, este trabalho também procura identificar as causas do término da atividade e reconhecer as antigas lavadeiras codoenses como um saber que foi transmitido de geração à geração. O trabalho também visa (re) conhecer a diversidade dos saberes e fazeres das lavadeiras de Codó, contribuindo para sua valorização.

A categoria registrada nesse trabalho é a dos saberes, pois o ofício das lavadeiras englobava conhecimentos e modos de fazer. Os saberes são formas próprias de produzir algum bem ou realizar algum trabalho, como, por exemplo, uma técnica especial utilizada para bordar. Envolve o conhecimento de técnicas, ofícios e matérias-primas que identifiquem um grupo

² Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>. Acesso em: 15 Março 2019.

social ou uma comunidade. Estão relacionados à cultura, memória e identidade de grupos sociais. Por exemplo, o ofício das paneleiras de goiabeiras, o ofício de sineiro, o ofício dos mestres de capoeira, entre outros. Os saberes acerca do ofício das lavadeiras de Codó, são conhecimentos considerados patrimônio cultural imaterial.

Alguns saberes descrevem a história de uma comunidade, podem envolver práticas que eram feitas desde muito tempo por populações que habitavam determinado local e que não existem mais.

Esse conhecimento estava relacionado com os modos de vida da comunidade codoense. Caracterizava-se principalmente pelo saber tradicional manifestado num ofício que se reproduziu durante anos. Por isso, é entendido como um patrimônio que foi transmitido de geração a geração e recriado constantemente pelas comunidades e grupos em função de sua interação com a natureza. As técnicas de lavar podem ser entendidas como um conjunto de saberes que constituem conhecimentos, práticas e relações sociais.

Esse saber fazer, transmitidos entre gerações, que constitui parte do patrimônio cultural de nossa sociedade, era de conhecimento de muitas mulheres e estava inserido no cotidiano das famílias codoenses, visto que, havia uma relação entre as lavadeiras e a elite codoense. Entretanto, a lavadeira tradicional era a detentora desse conhecimento, eram defensoras de uma prática que era repassada de geração em geração via oralidade. Não se sabe explicar sobre o surgimento desse modo de lavar roupas ou engomar, sabe-se apenas que cada uma aprendeu com outra lavadeira mais velha.

Na concepção dessas mulheres, para ser uma lavadeira, na época do rio, era preciso saber lavar, não de maneira simples e prática como é feito hoje em dia, mas sim, consistia em realizar várias etapas e técnicas especializadas que deixavam a roupa efetivamente limpa e com cheiro agradável, deixando-a apresentável para o cliente e pronta para o uso. Todos os processos de ensaboar, quarar, enxaguar, estender, engomar, contribuíam para a limpeza profunda e eficaz das roupas.

A pesquisa buscou contar a história de vida de cada entrevistada, definir os significados e sentidos que as levaram a ser uma lavadeira, identificar bens associados ao ofício, abarcar as transformações e compreender as causas do término da atividade.

Neste estudo a história oral foi primordial como caminho de investigação dos saberes e práticas que compõem o ofício das lavadeiras tradicionais no município de Codó. Através da narrativa dessas mulheres, podemos adquirir conhecimento sobre a tradição que permeia a técnica de lavar à mão e engomar. Essa atividade vivida por diversas mulheres codoenses repetia uma tradição oral de transmissão de conhecimentos e experiências.

3.1 O Ofício

O ofício de lavar no rio foi uma atividade culturalmente enraizada no Brasil no século XIX. Essa atividade era trabalho para escravas, que lavavam e quaravam as roupas de suas senhoras, mas também podia ser realizada por mulheres pobres e de condição livre, que dali tiravam o sustento de si e de seus filhos. Este trabalho estava restrito aquelas mulheres pertencentes as camadas populares.

O saber envolvido no ofício das lavadeiras de Codó, era uma atividade do domínio feminino, na maioria das vezes, constituía um saber passado de mãe para filha, por gerações sucessivas, mas que também podia ser repassado por relações de amizade, ou ainda, a mulher aprendia sozinha, apenas olhando outras realizarem a atividade no rio. Apesar de ter sido uma atividade tradicionalmente feminina, havia um pequeno auxílio dos homens e dos filhos das lavadeiras. Essa participação masculina sempre ocorria no retorno do riacho e se dava por conta do peso das trouxas de roupas.

Mulheres paupérrimas, trabalhadoras, negras, mães, na faixa etária entre 12 a 35 anos de idade, essas eram as características das lavadeiras de Codó, que exerciam esse árduo ofício para alimentar os seus 9, 10, 11 ou até mais filhos, acordavam antes mesmo do sol raiar, para garantir o pão na mesa. Tal atividade era fundamental para a economia doméstica.

Eram mulheres solteiras, viúvas ou casadas. As que eram casadas, lavavam para complementar o salário do companheiro, que não era suficiente para o sustento da família. Já as solteiras e viúvas, não tinham a quem recorrer financeiramente, então, encontraram no ofício, um refúgio para a subsistência dos filhos e de si.

Por volta das cinco horas da manhã já estavam enfileiradas no caminho do riacho São José. A presença dessas mulheres era marcante, eram figuras essenciais do cotidiano codoense, transitavam pela cidade à caminho dos rios, andavam em passos compassados a fim de equilibrar a imensa trouxa de roupa que levavam na cabeça.

A atividade era braçal, exigia força e equilíbrio para conseguir carregar o peso da trouxa e percorrer quilômetros, até chegar ao riacho São José. Andavam sempre em grupos ou acompanhadas pelos seus filhos, que as ajudavam a carregar as trouxas de roupas.

O trabalho consistia em lavar roupas no rio Itapecuru e/ou riacho São José, utilizando técnicas, respectivamente, de ensaboar, esfregar, bater na roupa com cacetes- como chamavam os pedaços de madeira que usavam para bater na roupa-, quarar, alvejar e engomar.

Segundo antiga lavadeira Honorata da Cruz Sousa, as lavadeiras não possuíam nenhuma denominação, eram chamadas pelo próprio nome ou apelido, em depoimento ela afirma “*quando alguém buscava o serviço de uma lavadeira dizia apenas que estava a procura de uma pessoa para lavar, eram assim que diziam, não chamavam lavadeira*” (SOUSA, depoimento 08 maio 2017).

A implementação de redes de abastecimento foi feita de forma gradual, primeiro nas grandes cidades e, mais tarde, nas menores. Nessa época, o acesso a água encanada em Codó era privilégio para poucos, pois o valor pago era bastante elevado. Com isso, para lavar roupa era preciso deslocar-se até os rios ou riachos.

As razões pelas quais exerciam este ofício, era a falta de opção de trabalho na cidade associado ao baixo nível de escolaridade, o que também dificultava conseguir um emprego formal. A falta de trabalho formal piorou após a falência da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão, na década de 1940, pois a fábrica de tecidos era a única grande instalação comercial em Codó. Como nos relatou a senhora Maria Isabel F. Paiva, “*naquela época, o serviço era só na manufatureira ou nas casas alheias, eu nunca trabalhei em casa alheia, então, tive que lavar*” (PAIVA, 21 abril 2017). Dentre as entrevistadas, as senhoras Angelita Ribeiro, Maria Isabel F. Paiva e Maria P. Pereira, trabalharam na fábrica como tecelãs e passaram a lavar após o seu fechamento.

Outras mulheres optavam pelo ofício de lavadeira, quando deslocavam-se da zona rural para a zona urbana, trazendo consigo os filhos para estudar na cidade, porque na zona rural não se tinha acesso à escola. Essa situação ocorreu com a senhora Honorata, que nos relatou: “*eu morava na zona rural, cheguei aqui em 1971, vim para que meus filhos pudessem estudar e eu não tinha outro ofício para exercer, como eu não sei ler, me dedique a lavar. Meu marido ficou na zona rural trabalhando na roça e eu vim com as crianças*” (SOUSA, depoimento 08 maio 2017).

3.2 O território do ofício

O município de Codó está localizado na região leste maranhense, possui uma área de 4.364,499 km², e com população de 120.548 habitantes, de acordo com o IBGE em 2016, ocupando a quinta posição de município mais populoso do Estado. Codó situa-se na região dos

cocais maranhenses, onde predomina o babaçu, de grande importância econômica para o Estado.

O clima de Codó é tropical, a temperatura média é de 27° C. O período chuvoso ocorre nos primeiros meses do ano, janeiro a abril. De setembro a novembro há completa ausência de chuva. Há muito menos pluviosidade no inverno que no verão.

A bacia hidrográfica de Codó, é constituída pelo rio Itapecuru que tem como afluente o riacho São José e rio Codozinho, que tem como afluente o Rio Saco. O rio Itapecuru, um dos mais extensos rios maranhenses, banha o município já em seu baixo curso. É o mais importante, pois possui maior volume de água. Às suas margens, surgiram importantes cidades como Caxias, Codó, Timbiras, Coroatá, além de outras situadas na área da bacia. Com a colonização, o rio serviu como via de circulação para barcos que abasteciam as comunidades ribeirinhas e adquiriam a produção local. Entretanto, essa atividade foi reduzida após a construção da Estrada de Ferro SãoLuís/Teresina.

Por volta da década de 20, a importância geo-econômica do rio como principal meio de transporte inicia sua decadência, como consequência dentre outros fatores da construção da Estrada de Ferro São Luís-Teresina, cujo traçado praticamente acompanha o curso do rio (MACHADO, 1999. p 73).

Hoje em dia, o rio Itapecuru continua exercendo importante papel na economia regional em razão de sua utilização para abastecimento das cidades, transporte, pesca e agricultura. Atualmente, o rio Itapecuru, na área da sede do município de Codó, encontra-se degradado. As principais causas da degradação estão associadas a ocupação e ao uso do solo urbano pelo homem, desencadeando processos de desmatamento, erosão, assoreamento, disposição inadequada do lixo e lançamento de dejetos diretamente e através de esgotos não tratados.

O ofício ocorria no rio Itapecuru e no seu afluente, riacho São José. A maioria das lavadeiras entrevistadas residiam no bairro São Sebastião. Apesar da distância, cerca de 2,4 km o percurso a pé, a maioria delas tinham preferência pelo riacho São José, apenas três entrevistadas lavavam no rio Itapecuru, que relataram que esse local também era utilizado por muitas outras lavadeiras. Segundo elas, o motivo da preferência pelo riacho São José era o da água ser mais limpa, em comparação aos outros rios, lá também o espaço era maior, por isso, sentiam-se melhor acomodadas.

As mulheres que lavavam no rio Itapecuru tinham que dividir o local com outras pessoas, que não exerciam o ofício, pessoas que lavavam carros ou utilizavam água do rio para outros fins. Já no riacho São José o ambiente era mais calmo, mais amplo e não havia aglomeração, era um local reservado especialmente para as lavadeiras de roupa.

Durante a realização das entrevistas pude observar que, para elas, a ida ao riacho São José era uma aventura, nunca iam sozinhas, sempre acompanhadas, uma esperava pela outra. Esse momento em grupo era de sociabilidade, de conversas, risos e distração. Enquanto ensaboavam as roupas, partilhavam suas angústias e felicidades. O motivo de sempre irem em grupo para o rio não era só por descontração, mas também era uma questão de segurança, como nos relatou a senhora Maria Isabel, *“o caminho para o São José era um pedaço longe! Não tinha casa ao redor, sempre tinha que ir com uma companhia e cada uma levava um facão”* (PAIVA, 2017).

3.3 Duração da prática

No período chuvoso, entre os meses de janeiro a abril, lavar roupa se tornava uma atividade ainda mais árdua. Roupas grossas, ternos, redes, colchas de cama não secavam facilmente, na maioria das vezes, elas traziam as roupas ainda úmidas dentro de uma bacia de alumínio, para secar em casa. Essa dificuldade foi relatada pela senhora Maria P. Pereira, em seu depoimento ela afirma: *“No inverno para as roupas enxugar era cruel! Minha casa ficava estrelada de cordão e talo de coco babaçu, para botar as roupas molhadas, para no dia seguinte entregar”* (PEREIRA, depoimento setembro. 2016). Nos demais meses do ano era o período que mais lavavam, pois as roupas secavam no mesmo dia.

A duração do ofício dependia da quantidade de roupas que levavam, às vezes, ficavam por lá o dia inteiro esperando a roupa secar. O almoço mais comum que elas levavam era a farinha de mandioca, quem tinha alimento dividia com quem não tinha, e, por lá, ficavam até as roupas secarem, por volta das 16 horas.

Porém, nos dias de sol forte, as roupas secavam com facilidade, então, retornavam mais cedo, por volta das 11 horas da manhã. As roupas que ainda estivessem úmidas eram trazidas abertas e empilhadas, dentro da bacia de alumínio, para secar em casa.

Algumas lavavam todos os dias da semana, pois necessitavam do dinheiro da lavagem para alimentar suas famílias, o valor do pagamento dependia da quantidade de roupas e variava entre 5 a 30 mil-réis, que era pago após entregarem as roupas lavadas e engomadas para quem contratava o serviço. Dona Honorata da Cruz nos relatou: *“eu lavava a semana toda, até sábado*

e domingo, para mim, não tinha feriado, não tinha dia santo, todo o dia eu tinha que ter esse dinheiro, ou eu lavava ou não comia” (SOUSA, depoimento 08 maio 2017).

3.4 Significados do Saber

Ter a roupa lavada por alguém que verdadeiramente sabia lavar era visto como algo luxuoso. Somente dispunha desse privilégio quem tinha uma boa condição financeira. Ter uma lavadeira demonstrava que se tinha poder aquisitivo.

Naquela época, apesar dos materiais utilizados para lavar serem menos sofisticados, as roupas ficavam absolutamente limpas e sem quaisquer manchas. Até mesmo, roupas formais como ternos e paletós, estavam sob os cuidados das lavadeiras da cidade. O segredo da limpeza profunda das roupas estava nas técnicas especializadas de lavar.

A senhora Eliane Figueiredo³ foi cliente de muitas lavadeiras, ela relata que a roupa lavada por uma lavadeira da época do rio era profundamente limpa e perfumada:

A roupa era muito bem lavada e cheirosa, bem diferente dessas de hoje em dia, muito melhor, mesmo com todos os sacrifícios que essas mulheres tinham para sobreviver, não se pode comparar uma lavagem de 30 anos atrás com essa lavagem de hoje. Você recebia uma roupa realmente perfumada (FIGUEIREDO, Eliane Costa Carneiro: depoimento 23 abril. 2019).

Embora o ofício fosse indispensável para a elite codoense, ele também era bastante desvalorizado e mal remunerado, muitas pessoas que contratavam uma lavadeira pagavam qualquer quantia, explorando o trabalho dessas mulheres. Muitas vezes, quem decidia o valor era o próprio patrão, valor esse que nem sempre era o justo, como nos relata a senhora Honorata da Cruz: *“quem definia o valor era o cliente, quando eu chegava com a roupa o dono já me dava uns trocados, às vezes, me agradavam com alguma coisa, com um quilo de arroz”* (SOUSA, depoimento 08 maio 2017). Mesmo assim, as lavadeiras o aceitavam, pois só tinham comida na mesa quando lavavam. Sabendo disso, alguns patrões aproveitavam da difícil situação financeira dessas mulheres para pagar barato.

³ Eliane C. Carneiro Figueiredo, 73 anos, empresária, casada com o ex-prefeito de Codó Benedito Francisco da Silveira Figueiredo (Biné Figueiredo), foi primeira-dama do município de Codó entre 1993 a 1997 e entre 2005 a 2009.

Teve muita lavadeira que morreu de fome, muitas amigas que se acabaram de lavar roupa sem conseguir nada. Os “brancos” de Codó eram mais miseráveis do que a gente, pagava muito barato, eram pior do que os pobres. Tinha um cliente que eu lavava por mês, mas, para receber tinha briga, saíamos nos tapas. Era de costume eu chegar do rio e não ter nem carvão para ascender o fogo (OLIVEIRA, Maria de Jesus Holanda: depoimento 29 julho 2018).

Além da baixa remuneração, outro desafio enfrentado por elas era a falta de confiança de algumas pessoas em relação a honestidade delas, como afirmou a senhora Honorata da Cruz “*tinha mulher que conferia as roupas e anotava num caderno, quando eu retornava com as roupas ela conferia novamente. Tinham pessoas exigentes! Eu não reclamava, porque eu tinha que fazer*” (SOUSA, depoimento 08 maio 2017). Em outro depoimento observamos a mesma situação: “*tinha mulher exigente, quando entregávamos a roupa, conferia as roupas e cheirava ver se não estava com mau cheiro*” (PEREIRA, depoimento set. 2016).

O cotidiano das lavadeiras possibilitava muitas interações, desde a prática do trabalho, tendo um contato com outras lavadeiras, bem como com suas patroas, para quem lavavam roupa, aproximando mulheres de classes distintas.

Os fregueses se restringiam apenas à elite codoense, ou seja, pessoas que possuíam um certo poder aquisitivo, eram famílias de empresários, médicos, bancários e principalmente de políticos da época, dentre os mais citados nas entrevistas, estavam: Sebastião Archer⁴, seus filhos Renato Archer e Remy Archer; e seu neto Ricardo Archer, Antônio Joaquim, Biné Figueiredo, José Domingues Araújo, entre outros políticos codoenses.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas por essas mulheres, este ofício, teve grande importância para a economia doméstica, foi dessa forma que puderam sobreviver e alimentar os filhos. Quando perguntadas qual o significado teve o ofício, a resposta era sempre a mesma:

Teve importância porque eu passava necessidade e a pessoa trabalhando pode comer. E eu comprava roupa para meus filhos e para mim à prestação na Pernambucana e pagava com o dinheiro que eu recebia das lavagens, eu juntava até completar o valor da prestação (PAIVA, Maria Isabel Ferreira: depoimento 21 abril 2017).

⁴ Sebastião Archer da Silva foi um importante empresário e político, natural de São Luís, chegou em Codó em 1908, contratado para trabalhar na Companhia Agrícola e Manufatureira do Maranhão. Foi vereador no município de Codó em 1915, tornou-se deputado estadual no Maranhão, em 1924 foi eleito prefeito de Codó de 1935 a 1941. Foi eleito governador do Maranhão em janeiro de 1947. É considerado codoense tendo em vista o seu enraizamento a terra que lhe deu hospitalidade prestígio e poder (MACHADO, 1999).

3.5 Descrição das etapas

No dia anterior, geralmente à noite, as lavadeiras apanhavam as trouxas de roupas nas casas de seus fregueses. Chegavam no riacho São José, por volta das cinco horas. As lavadeiras do rio Itapecuru, por ser mais próximo, chegavam por volta das 7 horas da manhã.

O primeiro passo era quebrar galhos de árvores para retirar as impurezas da água; depois, retiravam a areia do riacho, com as próprias mãos, abrindo um buraco para o local ficar profundo, para que pudessem introduzir a roupa dentro d'água.

Antes de molhar as roupas, cada peça era separada de acordo com tamanho, entretanto, antes era utilizado palhas de coqueiro para dispor as roupas ao chão. Após separadas, as peças eram lavadas, das mais leves às mais pesadas para que as lavadeiras não ficassem tão cansadas logo de início- as lavagens na época do rio exigiam muito esforço físico demandado pelas longas caminhadas e carregamento de trouxas. Cada lavadeira, ao escolher seu local, tendo já separado as roupas, sentava-se à margem do rio. As roupas eram lavadas sobre uma tábua, colocada na beira do riacho, ou então, dentro de uma bacia de alumínio.

A lavagem das roupas era praticada em várias etapas e utilizando técnicas específicas, todas elas eram de domínio das mestras do ofício. A primeira etapa da lavagem consistia em ensaboar cada peça de roupa, apenas com um simples sabão em barra, que era colocado dentro da rama de melão-são-caetano ou enrolado em uma palha de milho. Cada peça era ensaboada cuidadosamente – observando quaisquer sujeiras mais difíceis de retirar. As roupas finas eram lavadas somente à mão, já nas roupas grossas, era necessário esfregar sabugo de milho ou melão-são-caetano, ou ainda, bater nas roupas com cacetes (pedaços de madeira que retiravam do mato). A segunda etapa compreende ao que as lavadeiras chamam de quarar, em que as roupas já ensaboadas são colocadas em cima de palhas de coqueiro, por alguns minutos expostas ao sol, esse processo servia para retirar profundamente a sujeira e aumentar ainda mais o poder de limpeza. O lugar do quarador era sempre um pouco mais afastado da margem. Após o período do quarar, era hora de enxaguar as peças, uma por uma, tirando todo o sabão.

As roupas brancas necessitavam de maiores cuidados, após ensaboar e quarar, essas peças eram submersas em anil (branqueador de cor azul para tecido) misturado à água, potencializando assim maior brancura, essa mistura era feita dentro da bacia. Cada um desses momentos necessitava de atenção, pois passado do tempo necessário a roupa poderia ser danificada. A Senhora Honorata nos relatou como era esse processo: “*depois que eu*

desmanchava o anil na banheira eu sempre colocava uma folha de oriza dentro, após lavar a roupa eu metia no anil e estendia” (SOUSA, depoimento 08 maio 2017).

Para secar, as roupas eram estendidas na ribanceira do riacho, por cima dos matos, para isso, era necessário fazer bastante esforço físico para subir à ribanceira com as peças molhadas.

Quando as roupas secavam, elas abriam o lençol, dobrava cada peça, empilhava uma sobre outra e amarrava o lençol, fazendo novamente a trouxa. Para colocar na cabeça, uma ajudava a outra, só vinham embora quando todas concluíssem o trabalho.

Ao chegar em casa, o trabalho não acabava, pois, era o momento de engomar as roupas. A engomagem era realizada com o ferro à brasa. Ternos de cores, terno tropical, terno casimira eram engomados forrado com tecido mourinho que, antes do processo, era umidificado, para não queimar o pelo do tecido, nem ficar com marcas do ferro. Passava-se o ferro até secar o mourinho. Algumas peças, especialmente as de linho, não necessitava engomar forrado com o mourinho.

Orgulhosa do seu saber, dona Maria de Jesus relata que em Codó não teve quem engomasse roupa melhor do que ela, trabalho que aos 12 anos de idade, aprendeu com seu pai, Raimundo Pereira de Oliveira, que era conhecido na cidade pelo apelido de “Gomador”, uma referência ao seu ofício. Ela lavava e engomava especialmente ternos de políticos. Muitas pessoas a procuravam para aprender engomar, pois era diferente das demais lavadeiras, relata.

Para finalizar o dia de trabalho, a própria lavadeira precisava entregar na casa do cliente, recebendo assim o seu pagamento. Diferentemente das roupas comuns, os ternos e paletós eram entregues em cabides para não amarrotar.

3.6 Materiais e objetos importantes para o Saber

O patrimônio cultural imaterial depende da materialidade para sua realização, pois as ferramentas e objetos são o que possibilitam a manifestação dos ofícios, dos modos-de-fazer, das expressões e etc, por essa razão, não há como separar o material e o imaterial. Para a confecção da viola-de-cocho, instrumento musical produzido de forma artesanal na região da bacia do rio Paraguai, feita com matérias-primas extraídas da natureza, por exemplo, utiliza-se ferramentas como: plaina, machado, serrote, formão, martelo, estilete, trincha, lixa, motosserra, facão e pregos. Já as baianas de acarajé, tem como utensílios de trabalho mocós, balaios e

cestos. Dessa forma, compreendemos que os objetos, as ferramentas e utensílios são indispensáveis para a existência do patrimônio intangível.

Não existiria aspectos intangíveis se não houvesse a materialidade como intermédio de realização. O próprio patrimônio material está carregado de simbologias, significados e remete ao intangível para ser compreendido. O uso desta dicotomia material/imaterial é plausível apenas quando se focaliza a cultura sob definição antropológica, onde o simbolismo e as relações sociais são os objetos principais e para justificar uma oposição à visão clássica de patrimônio que consagrou os monumentos históricos (pedra e cal) (FONSECA, 2005, p.70).

Com exceção do sabão em barra, do anil e da bacia de alumínio, os materiais tradicionalmente empregados no processo da lavagem das roupas eram provenientes da natureza. O sabão era o principal material utilizado pelas lavadeiras, naquela época, só se encontrava nas quitandas o sabão em barra, dona Maria Isabel F. Paiva relatou “*que as lavadeiras viviam atormentadas em busca do melhor sabão, quando nos diziam onde vendia um sabão bom, íamos atrás*”(PAIVA, depoimento 21 abril 2017). A barra de sabão era colocada dentro da rama do melão-são-caetano, ou então, era embalada na palha do milho, isso servia para retirar as sujeiras mais profundas.

As tábuas, talos de coco babaçu, palhas e sabugos de milho, folhas de oriza e melão-são-caetano, esses eram os materiais de uso das lavadeiras e eram facilmente encontrados nas imediações dos rios e riachos. Com o passar dos anos, os materiais de limpeza das roupas, que antes eram retirados da natureza, foram substituídos pelo sabão em pó, alvejantes, amaciantes e demais produtos de limpeza industriais. No quadro abaixo, podemos conhecer mais detalhadamente esses materiais/ ferramentas e suas utilidades.

Quadro 01. Materiais e ferramentas utilizados pelas lavadeiras codoenses.

Materiais/Ferramentas	Utilidade
Melão-são-caetano ou erva de lavadeira (nome popular)	conhecido cientificamente como <i>momordica charantia</i> , é uma planta que era utilizada pelas lavadeiras para retirar as manchas mais profundas;

Sabão em barra	principal material utilizado, naquela época, na cidade, só se tinha disponível sabão em barra e eram comprados em quitandas;
Anil	pedra azul, servia para alvejar, era utilizado apenas nas roupas brancas; Colocava-se água na bacia e desmanchava a pedra de anil, em seguida, as roupas brancas eram submersas nessa mistura.
Palha de milho	embalava o sabão na palha, para assim, esfregar na roupa mais sujas;
Sabugo de milho	servia como uma espécie de escova, para esfregar nas roupas grossas;
Folhas de oriza	planta utilizada para dar cheiro agradável na roupas;
Tábuas	as roupas eram lavadas por cima de tábuas encontradas no mato e colocadas na beira d' água, ou então, utilizava-se dormente de madeira dos trilhos de trem, que, eram facilmente encontrados, pois, a estrada de ferro fica próximo ao local do ofício (riacho São José). Faziam marcas nas tábuas com uma faca e as guardavam nos matos, para quando retornasse utilizasse novamente;
Cacetes	era como denominavam um pedaço de madeira qualquer que retiravam do mato, servia para bater nas peças mais sujas, que adicionada ao sabão, tornava limpa a roupa;

Bacia de alumínio	eram bacias bem grandes, que servia para carregar as roupas. Quem não tinha tábua, lavava as roupas dentro da bacia;
Ferro à brasa	Utilizado para a engomagem das roupas.

4. A PERDA DE UM SABER

A modernidade faz com que as pessoas percam seus referenciais, a condição de vida das sociedades modernas obriga os indivíduos a concentrarem-se na realidade, na vivência do presente, com isso, as pessoas vão perdendo a memória. Com o passar dos anos, o ofício das lavadeiras no município de Codó foi um saber que se perdeu, em decorrência das transformações da modernidade.

No final do século XX, por volta dos anos de 1980 a 1990, o ofício das lavadeiras entra em decadência. Foram diversos fatores que levaram o término da atividade: a poluição dos rios, a aquisição da máquina de lavar no município, o surgimento de novos materiais de limpeza mais eficientes, e principalmente, o acesso a água canalizada, fizeram desaparecer o ofício praticado no rio.

De acordo com o senhor Antônio Hildenberg S. Oliveira⁵, no município de Codó, o sistema de abastecimento de água foi criado por volta do ano de 1970, no mandato do prefeito Moisés Reis⁶. Ele criou a lei do sistema de abastecimento de água, que foi aprovada na câmara municipal. Inicialmente, foi feita uma parceria com a antiga Fundação Serviços Especial de Saúde Pública – FSESP, órgão federal que atuava na região norte e nordeste do Brasil, pois o município não disponibilizava de condições técnicas e administrativas de conduzir o sistema de água devido sua complexidade.

O primeiro poço perfurado na cidade de Codó funcionava com um sistema de grupo geradores, pois não havia energia em toda a cidade. Como o sistema era inicial e não tinha condições de abranger toda a cidade, os bairros mais beneficiados foram o São Sebastião e uma parte do São Benedito, que era o mais povoado naquela época. Com essa criação, muitas pessoas também ficaram sem ter a sua ligação de água, por conta da rede de água que não alcançava a periferia da cidade, é o caso da beira do rio, dos bairros que estava começando, como o bairro São Francisco, Codó Novo, Santo Antônio, os quais ficaram esperando que a fundação Sesp fizesse investimento nessa área, o que demorou cerca de 20 anos, após a implementação do sistema de abastecimento, para que a água canalizada chegasse a todos os pontos do município de Codó atendendo cerca de 90% a 95%, da população.

⁵ Antônio Hildenberg Soares Oliveira foi diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Codó- SAAE entre os anos de 1983 a 1998. Atualmente engenheiro do setor operacional do órgão.

⁶ Moisés Alves dos Reis foi prefeito de Codó por dois mandatos. O primeiro entre o anos de 1961/1966 e o segundo entre os anos de 1970/1973.

Com isso, para ter acesso à água, muitas pessoas ainda procuravam o rio Itapecuru, riacho São José e o riacho Água Fria, que nessa época, não existia a deprecação de suas margens, assoreamento, não se tinha essa agressão ao meio ambiente que se tem hoje.

Todas as entrevistadas relataram que a água riacho Água Fria, por exemplo, era límpida e cristalina. Mas o crescimento populacional às margens do riacho potencializou a poluição do mesmo, principalmente, através de lixo doméstico. A construção de um canal em torno do percurso do riacho também ocasionou a destruição do riacho, que hoje é apenas um córrego e passou a ser chamado canal da Água Fria.

Em Codó, a máquina de lavar não exerceu nenhuma influência nesse período, pois as pessoas só começaram a adquirir esse produto a partir do ano de 2002, segundo o empresário Antônio Sampaio⁷, foi nesse período que a venda de tanquinhos se popularizou.

Para ser preciso, a “febre” das máquinas de lavar começaram a partir de 2002, começamos com tanques mais baratos, mas essa tecnologia ainda apresentava muito problema, por isso, as donas de casa não acreditavam na máquina de lavar, pois, quando compravam o produto apresentava defeito. Um outro problema era a questão do poder aquisitivo do brasileiro, o que só melhorou do governo Lula pra cá, ele foi dando oportunidades e melhorando o salário. Hoje, a máquina de lavar, especialmente os tanquinhos, vendem proporcionalmente ao fogão de 4 e 5 bocas, então, é muito boa a venda (SAMPAIO, Antônio Soares: depoimento, 13 maio 2019).

Podemos concluir que os principais fatores que contribuíram para o ofício realizado nos rios deixar de existir foram água canalizada e a poluição dos rios. Todavia, devemos ressaltar que a atividade de lavadeira de forma remunerada ainda existe no município de Codó, porém, o que ocorreu foi uma transformação bastante significativa do ofício.

A lavagem de roupa atualmente se difere totalmente de antigamente, o saber envolvido na atividade de antes não existe mais, atualmente, não é mais utilizado técnicas para realizar a atividade, pois os produtos disponíveis no mercado têm a função de limpar profundamente as roupas, sem falar nas máquinas de lavar, que cada dia estão mais modernas, e facilmente substituem uma lavadeira.

O território do ofício também já não é mas o mesmo, a água canalizada e a poluição dos rios tiveram papel crucial no deslocamento do ofício, pois com isso as pessoas passaram a contratar as lavadeiras para executar a tarefa à domicílio.

⁷ Antônio Soares Sampaio empresário codoense, proprietário da rede de lojas Casas Sampaio.

Conclui-se que houve uma perda de um saber, apesar do ofício ainda existir, a forma como a atividade é executada hoje não tem nenhuma características com a época do rio. O Saber se perdeu no tempo e ficou registrado apenas nas memórias das lavadeiras dos rios.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ofício das lavadeiras foi uma prática tradicional e identitária, que nos revela os modos de vida da sociedade codoense do século XX, por meio desse trabalho, podemos resgatar a contribuição e o papel das lavadeiras para a sociedade codoense. Além disso, a pesquisa teve extrema relevância para o estudo e valorização do patrimônio cultural da cidade de Codó.

Apesar do trabalho árduo e mal remunerado, podemos compreender a sentimentalidade e o orgulho que essas mulheres tinham com o seu saber. A relação de amizade entre essas mulheres também era um laço muito forte, eram muito companheiras durante a realização do ofício.

Ao descrever minuciosamente as etapas da lavagem das roupas, podemos compreender melhor a diferença entre a lavagem da época do rio e a de lavagem de hoje, com isso, fazer com que as pessoas conheçam o saber, especialmente àquelas que não tem conhecimento da existência deste ofício.

O ofício ficou registrado apenas nas memórias dessas mulheres, grande parte delas, já faleceram, outras, em razão da velhice, lembram muito pouco da dura atividade. Durante as entrevistas, todas relataram que naquele tempo existiam dezenas de mulheres que lavavam, entretanto, a maioria já faleceu, com isso, a sociedade codoense, perdeu uma parte de sua história.

As manifestações culturais são constantemente recriadas, portanto, devemos frisar que o patrimônio cultural imaterial é mutável e dinâmico, ou seja, permite que seus aspectos simbólicos sejam alterados, sem que ele deixe de ser considerado um bem. Isso ocorre com as danças, ofícios e modos-de-fazer e outras manifestações produzidas pelo homem, que se modificam, ao longo do tempo. O modo de fazer renda irlandesa, por exemplo, é um saber tradicional que vem sendo ressignificado pelas rendeiras de Divina Pastora, município do estado de Sergipe. Esse saber-fazer, que remonta à Europa do século XVII, é produzido e recriado pelas rendeiras. Com essa dinamicidade do patrimônio cultural imaterial, cabe o registro, como mecanismo de salvaguarda, para se verificar, ao longo do tempo, suas transformações, considerando esse aspecto mutável, o bem registrado é reavaliado a cada dez anos.

Podemos concluir que, a questão do patrimônio surge da necessidade de conservação dos bens culturais que diziam respeito à história e à memória coletiva, e também, pela necessidade de salvar o que está em desaparecimento. A perda de bens culturais herdados das gerações passadas tem como principal consequência a ausência de conhecimento.

Preservar um bem não é apenas obter conhecimento sobre o passado, mas também, preservar para as futuras gerações conhecer. Todo patrimônio cultural compõem a identidade cultural e histórica, os quais são base que constroem uma nação, portanto, sua perda é algo irreparável para um povo.

Patrimônio cultural por ser registro da cultura e da história de um povo, é extremamente necessário sua preservação para que as futuras gerações possam usufruir desses bens, considerando também, que ele é característica do lugar e das manifestações de um povo, constituindo assim o seu processo identitário.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ALBERTI, Verena. **Manual da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Mores. **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**.
- CASADEI, Eliza Bacheга. Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva. *In: Revista Espaço Acadêmico*. n.108. p.153-161. maio. 2010.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.
- CHUVA, Márcia. Por uma noção de patrimônio cultural no Brasil. *In: Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*. p. 147-165. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2%20-%20CHUVA.pdf>. Acesso em: 28 Fev. 2019.
- COSTA, Marli Lopes; CASTRO, Ricardo Vieira Alves de. Patrimônio Imaterial Nacional: preservando memórias ou constringido histórias?. *In: Estudos de Psicologia*. vol. 13, n. 02, p. 125-131. Natal, 2008.
- DEMARCHI, João Lorandi. Perspectivas para atuação em Educação Patrimonial. *In: Revista CPC*, São Paulo, n.22, p.267-291, jul./dez. 2016.
- DPI/ IPHAN. Dossiê 3: **O ofício das paneleiras de goiabeiras**. Brasília: Iphan, 2006.
- DPI/ IPHAN. Dossiê 6: **O ofício das Baianas de Acarajé**. Brasília: Iphan, 2007.
- DPI/ IPHAN. Dossiê 13: **Renda Irlandesa de Divina Pastora**. Brasília: Iphan, 2014.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *In: Estudos históricos*, vol.28. n.55. p. 211-228. Junho. 2015.

HALBAWCHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004. p. 140-160.

IPHAN. **Manual de aplicação do inventário nacional de referências culturais**. Brasília, 2000.

IPHAN. **Os Sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois. Princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil**. Brasília, 2010.

IPHAN. **Educação Patrimonial: Manual de aplicação : Programa Mais Educação**. Brasília, 2013.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LEAL, Alessandra; BORGES, Maristela correa. Patrimônio Cultural Imaterial: leis e documentos. *In: Caminhos de Geografia Uberlândia*, v. 13, n. 44, p. 221-231. Dez/2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7 ed. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2013.

MACHADO, João Batista. **Codó, histórias do fundo do baú**. São Luís, FACT / UEMA, 1999.

MARTINS, Sandra. A experiência da modernidade e o patrimônio cultural. *In: REIA- Revista de Estudos e Investigações Antropológicas*. vol. 1, p. 07-29, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/reia/article/download/229950/24142>. Acesso em: 20 Março 2019.

MENESES José Newton Coelho. Modos de fazer e a materialidade da cultura “imaterial”: o caso do queijo artesanal de Minas Gerais. *In: Patrimônio e Memória*, v. 5, n.2, p. 19-33, dez. 2009.

MINC/IPHAN – **O Registro do Patrimônio Imaterial. Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**. 4.ed, Brasília: Iphan, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. *In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, n. 10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Memória e Patrimônio. *In: Memória, história e patrimônio: perspectivas contemporâneas da pesquisa histórica*. Fronteiras, Dourados, MS, n. 22, p. 131-151. jul./dez. 2010.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade. *In: Revista História (São Paulo)*, vol. 27, n. 02, p. 145-173, São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742008000200008. Acesso 02 Fev. 2019.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Os bens intangíveis e as políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil: histórias, narrativas e memórias. *In: III Encontro de história da arte-IFCH / UNICAMP*, 2007. p. 503-513. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/eha/atas/2007/PELEGRINI,%20Sandra%20C.%20A.pdf>. Acesso em: 23 Fev. 2019.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. O Patrimônio Cultural e a Materialização das memórias individuais e coletivas. *In: Patrimônio e Memória*, vol. 3, n.1, 2007, p 87-100.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. *In: Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3, p.3-15, Rio de Janeiro.1989.

TOJI, Simone. Patrimônio imaterial: marcos, referências, políticas públicas e alguns dilemas. *In: Patrimônio e Memória*, v.5, n.2. Dezembro, 2009.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris, 1972.

UNESCO. **Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular**. Paris, 1989.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimonio cultural imaterial**. Paris, 2003.

SENADO FEDERAL. **Patrimônio Cultural**. Coordenação de Edições Técnicas, Brasília: 2014.

SENADO FEDERAL. **Patrimônio imaterial: disposições constitucionais, normas correlatadas, bens imateriais registrados**. Brasília: senado federal, subsecretaria de edições técnicas, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A- FONTES ORAIS

LAVADEIRAS

RIBEIRO, Angelita. **Angelita Ribeiro**: depoimento [26 julho 2018]. 1 arquivo mp3 (31:29 min). Entrevista concedida a autora. Codó, 2018.

SOUSA, Honarata da Cruz. **Honorata da Cruz Sousa**: depoimento [08 maio 2017]. 1 arquivo mp3 (49: 37 min). Entrevista concedida a autora. Codó, 2017.

PAIVA, Maria Isabel Ferreira. **Maria Isabel Ferreira Paiva**: depoimento [21 abril 2017]. 1 arquivo mp3 (1: 18: 28 min). Entrevista concedida a autora. Codó, 2017

SOUSA, Maria das Graças Frazão. **Maria das Graças Frazão**: depoimento [10 abril 2017]. 1 arquivo mp3 (36: 02 min). Entrevista concedida a autora. Codó, 2017.

OLIVEIRA, Maria de Jesus Holanda. **Maria de Jesus Holanda Oliveira**: depoimento [29 julho 2018]. 1 arquivo mp3 (51:39). Entrevista concedida a autora. Codó, 2018.

PEREIRA, Maria Pires. **Maria Pires Pereira**: depoimento [setemb. 2016]. 1 arquivi mp3 (22:22 min). Entrevista concedida a autora. Codó, 2016.

LIMA, Neide Gonçalves. **Neide Gonçalves Lima**: depoimento [26 julho 2018]. 1 arquivo mp3 (19:14 min). Entrevista concedida a autora. Codó, 2018.

SOUSA, Raimunda Madalena Frazão. **Raimunda Madalena Frazão Sousa**: depoimento [03 Fev. 2017]. 1 arquivo mp3 (13:49 min). Entrevista concedida a autora. Codó, 2017.

FONTES ORAIS COMPLEMENTARES

SAMPAIO, Antônio Soares. **Antônio Soares Sampaio**: depoimento: [13 maio 2019]. 1 arquivo mp3 (10:01 min). Entrevista concedida a autora. Codó, 2019.

FIGUEIREDO, Eliane Costa Carneiro Figueiredo. **Eliane Figueiredo**: depoimento [23 abril 2019]. 1 arquivo mp3 (9:30 min). Entrevista concedida a autora. Codó, 2019.

OLIVEIRA, Hildenberg Soares. **Hildenberg Soares Oliveira**: depoimento [22 abril 2019]. 1 arquivo mp3 (07: 30 min). Entrevista concedida a autora. Codó, 2019.

APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome do Entrevistado (a):

Entrevistadora:

Data:

1. Qual seu nome completo?
2. Qual a sua idade?
3. Quando começou a lavar?
4. Por que começou a lavar?
5. Lavou durante quantos anos?
6. Quem lhe ensinou a lavar?
7. Ensinou alguém a lavar?
8. Para quem lavou?
9. Como lavava?
10. Em qual rio lavava?
11. Quais as ferramentas e instrumento utilizava?
12. Em qual época lavava mais?
13. Como as lavadeiras eram conhecidas?
14. Tinham alguma canção?
15. Tinha alguma ligação religiosa?
16. Tinha alguma vestimenta ou acessório associado ao saber?
17. Tinha alguma expressão corporal associado ao saber?
18. Teve algum significado?
19. O que mudou?

APÊNDICE C- BENS CULTURAIS IMATERIAIS INSCRITOS NOS LIVROS DE REGISTRO

Nome do bem
Arte Kusiwa- pintura corporal e arte gráfica Wajãpi
O Ofício das paneleiras de Goiabeiras
Samba de Roda do Recôncavo Baiano
Círio de Nossa Senhora de Nazaré
Modo de fazer Viola-de- Cocho
Ofício das Baiana de Acarajé
Jongo no Sudeste
Cachoeira de Iauaretê- Lugar Sagrado dos povos indígenas dos Rios Uapés e Papuri
Feira de Caruaru
Frevo
Matrizes do Samba do Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo
Tambor de Crioula do Maranhão
Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas nas regiões do Serro e das Serras da Canastra e do Salitre/Alto Paranaíba
O Ofício dos Mestres de Capoeira
Roda de Capoeira
Modo de Fazer Renda Irlandesa tendo como referência este ofício em Divina Pastora/SE
Toque dos Sinos em Minas Gerais tendo como referência São João del Rey e as cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes
Ofício de Sineiro
Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis/GO
Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro
Ritual Yaokwa do povo indígena Enawene Nawe
Festa de Sant'Ana de Caiacó/RN
Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão
Rirxókó: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá
Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá
Fandango Caiçara
Festa do Divino de Paraty

Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim

Fonte: Elaboração Própria.